

Jornal Nacional, Democracia e Golpes de Estado: uma análise de enquadramento sobre a cobertura jornalística dos 60 anos do golpe de 1964 e os 50 anos da Revolução dos Cravos¹

Ana Carolina Gonçalves²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Resumo

O presente trabalho é o resultado de uma análise de enquadramento sobre a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* em torno dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil e os 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal. Utilizando a análise de enquadramento, com base nas proposições teóricas de Entman (1993) e Iyengar (1991), identificou-se a existência de diferenças significativas nas funções e nos tipos dos enquadramentos utilizados pelo telejornal na cobertura de ambas as efemérides. Enquanto os conteúdos sobre o golpe de 1964 foram majoritariamente episódicos e pouco contextualizados, a cobertura da Revolução dos Cravos foi realizada a partir de um enquadramento temático, com maior profundidade e pluralidade das fontes utilizadas.

Palavra-chave: Enquadramento jornalístico; ditadura militar; Revolução dos Cravos; *Jornal Nacional*.

Introdução

No dia 25 de abril de 1974, Brasil e Portugal, países que apresentam uma histórica e longínqua relação, estavam inseridos em contextos políticos e sociais que apresentavam distinções e similitudes. No Brasil, o ano de 1974 representou o fim dos “Anos de Chumbo”, período de maior recrudescimento da violência e da repressão experienciado durante a ditadura militar (1964-1985). Em contrapartida, o dia 25 de abril de 1974 representou para Portugal o fim do Estado Novo (1926-1974), regime político autoritário, fascista e imperial, que governou os territórios lusitano e seus domínios coloniais por quase cinco décadas (Rosas, 2001). Posteriormente denominado como Revolução dos Cravos, o movimento político que colocou fim ao regime ditatorial foi um golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas portuguesas, e que contou com um amplo apoio da sociedade civil (Freixo, 2010). No ano de 2024, tais momentos políticos emblemáticos das histórias recentes de Brasil e Portugal alcançaram marcas

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM-UFMS). E-mail: souza.goncalves@ufms.br.

simbólicas: em março de 2024, o golpe de Estado que representou o início da ditadura militar brasileira completou 60 anos; em abril de 2024, a Revolução dos Cravos, um golpe militar que pôs fim à ditadura europeia mais duradoura do século XX, completou 50 anos.

A ocorrência de efemérides, ou seja, da rememoração de um fato ou data simbolicamente representativa, incorre na mobilização de parcelas da sociedade na qual esse evento histórico aconteceu. Logo, uma vez que este trabalho se insere no campo dos estudos em Comunicação e em Jornalismo, possui-se como objetivo central analisar como o setor midiático enquadra suas coberturas sobre eventos históricos. Nesse sentido, este trabalho é o resultado de uma análise de enquadramento da cobertura jornalística realizada pelo *Jornal Nacional* (JN) sobre as duas efemérides supracitadas: os 60 anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, e os 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal. Em linhas gerais, o trabalho divide-se em duas etapas principais: 1) realiza-se em um primeiro momento uma pesquisa exploratória, tanto em torno do conceito de enquadramento jornalístico quanto uma revisão de literatura sobre o período da ditadura militar brasileira, e também sobre a Revolução dos Cravos em Portugal; 2) posteriormente, são apresentados os resultados da análise propriamente dita, a partir da aplicação das funções clássicas de enquadramento propostas por Entman (1993) e da classificação dos tipos de enquadramentos de Iyengar (1991).

A análise de enquadramento como abordagem teórico-metodológica³

Em virtude de sua aplicação em diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, Psicologia e nas Ciências Sociais, torna-se válido pontuar que existem uma série de diferentes definições e possíveis abordagens metodológicas para o conceito de enquadramento. Segundo Porto (2002), o emprego sistemático para a ideia de enquadramento se deu inicialmente a partir das contribuições teóricas dos sociólogos Gregory Bateson (2002) e Erving Goffman (2012). Todavia, foi este último o responsável pela produção do arcabouço teórico-metodológico com a maior propulsão dentre o escopo dos estudos em Comunicação e em Jornalismo. Para Goffman (2012),

³ As reflexões teóricas contidas neste trabalho são o resultado de parte da sistematização dos dados produzidos em uma pesquisa anterior, na qual foi realizada uma análise de enquadramento em torno da cobertura jornalística empregada pelo Grupo Globo de Comunicação, na figura do jornal *O Globo*, do *Jornal Nacional* e do *Fantástico*, sobre os 60 anos do golpe de 1964. Para acessar o trabalho na íntegra, ver: Gonçalves (2024).

enquadramentos são definidos como marcos que permitem aos indivíduos realizar interpretações sobre um determinado acontecimento que ocorre em uma realidade social. Foi sobretudo a partir das contribuições teóricas de Goffman (2012) que Gaye Tuchman (1978) mobilizou o conceito de enquadramento nos estudos sobre os processos de construção das narrativas noticiosas, uma vez que a autora sinaliza para a atuação das notícias como uma pretensa “janela para o mundo”, por meio da qual os indivíduos consumidores das narrativas noticiosas seriam capazes de interpretar a realidade social em que estão inseridos.

No entanto, este trabalho está ancorado, sobremaneira, a partir de dois pilares teórico-metodológicos: a definição e as funções de enquadramento elaboradas por Robert Entman (1993), e as proposições dos tipos de enquadramento propostas por Shanto Iyengar (1991). De acordo com o arcabouço teórico proposto por Entman (1993, p.52), “Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida de modo a torná-los mais salientes em um texto comunicativo”. Além de estipular uma primeira definição sistematizada em torno do conceito de enquadramento, Entman (1993) também sinaliza para a existência de quatro funções que podem ser exercidas a partir de um determinado enquadramento sobre um texto comunicativo: 1) a identificação de um problema; 2) a realização de interpretações sobre as causalidades que justificam a ocorrência desse problema; 3) a emissão de julgamentos morais em torno do problema descrito; e, por fim, 4) a proposição de recomendações de tratamento objetivando solucionar o problema em questão.

Conforme Porto (2002), a abordagem teórica a partir da qual Iyengar (1991) desenvolve seus estudos está centrada nos impactos produzidos pela televisão nos processos de atribuição de responsabilidade por parte das audiências, a partir da representação de problemas/embates relacionados a questões de ordem política e social. Nesse sentido, o autor sinaliza para a existência de dois tipos de enquadramento: 1) “enquadramentos episódicos”, que se resumem a apresentação de um determinado acontecimento de maneira pontual, e os 2) “enquadramentos temáticos”, que em contraposição aos enquadramentos de tipo episódico, possuem maior grau de aprofundamento e contextualização no ato de enquadrar determinado evento ou temática.

Para não dizer que não falei das flores⁴: o golpe midiático-civil-militar de 1964

Há mais de seis décadas, um golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas, e que recebeu amplo apoio de setores específicos da sociedade civil brasileira, representou o início de uma ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 a 1985. Naquela conjuntura histórica, pressionado pelas elites política e econômica do país, as propostas caráter reformista defendidas pelo governo do presidente João Goulart, denominadas como as Reformas de Base, encontraram ressonância entre determinados grupos ligados a movimentos sociais, como o sindicatos e as ligas camponesas, assim como de partidos e grupos políticos de esquerda. Todavia, ao se utilizar dos comícios e da “política de rua” como estratégia para combater o isolamento político, o governo João Goulart acabou por atribuir materialidade ao coro daqueles que o acusavam de orquestrar um autogolpe (Napolitano, 2021, p.51).

Nesse sentido, o golpe de 1964 representou uma conjunção dos anseios dos diferentes atores sociais, tanto militares quanto civis, envolvidos nesse processo histórico. Segundo Machado da Silva (2014), a imprensa brasileira atuou como um dos setores mais enfáticos e determinantes para a concretização da ruptura democrática em março de 1964. De tal modo que, diferentemente de historiadores e historiadoras contemporâneos, como Napolitano (2021), Fico (2014) e Schwarcz (2019), que interpretam o processo histórico ocorrido em 1964 como um golpe civil-militar, Machado da Silva (1964) é categórico em pontuar que o golpe de 1964 teria sido, antes de tudo, um golpe midiático-civil-militar. É justamente a partir deste flanco teórico-conceitual, cujo enfoque se volta para a análise da participação do setor midiático como intelectual orgânico⁵ do golpe de 1964, que está ancorado o processo de desenvolvimento deste trabalho.

A mesma imprensa brasileira que havia apoiado a posse de João Goulart em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros, passou a atuar como um dos principais algozes do governo Goulart, sobretudo a partir de 1963. Embalada pelo típico apelo anticomunista, sentimento mobilizado como estratégia política desde meados do século

⁴ O nome desta seção faz alusão à canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Assim como Vandré, uma série de outros artistas exerceram práticas de resistência à ditadura militar no plano da cultura. Ver: Marcos Napolitano (2015; 2021).

⁵ Machado da Silva (2014, p.11) se utiliza do conceito de “intelectual orgânico”, desenvolvido pelo teórico italiano Antonio Gramsci, para descrever a atuação da imprensa brasileira naquele contexto histórico. O intelectual orgânico representaria, portanto, o papel de um indivíduo que atua como comissário dos interesses políticos, econômicos e sociais de um determinado grupo hegemônico.

XX (Sá Motta, 2021), a imprensa representou um dos principais canais responsáveis pelo enquadramento de Jango como ameaça à democracia brasileira. Sobre os dias que antecederam o início do processo político que culminou no afastamento de Goulart da presidência, diferentes veículos da imprensa nacional conduziram uma “operação de guerra retórica para desqualificar as ‘reformas de base’ de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas” (Machado da Silva, 2014, p.11-12).

E, dentre os principais veículos de comunicação deste período aponta-se para a atuação do periódico carioca *O Globo*. Fundado em 1925 por Irineu Marinho, o jornal *O Globo* apresentava publicamente não apenas o descontentamento do veículo de comunicação em relação ao governo João Goulart, mas também demonstrava claro apoio à tomada do poder pelos militares. E tal apoio não se restringiu apenas aos momentos que antecederam e sucederam à ruptura democrática em 1964: diferentemente da parte majoritária dos veículos de imprensa do país, que passaram a representar um dos principais alvos da repressão e da censura conduzidas pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, as Organizações Globo representaram um dos principais aliados civis dos diferentes governos militares ao longo de todo o período ditatorial (Machado da Silva, 2014; Herz, 1991).

As flores vencendo o canhão: a Revolução dos Cravos de 1974

Orquestrado e liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), a Revolução dos Cravos colocou fim à ditadura do Estado Novo, que governou o Império Português entre 1926 a 1974. De modo semelhante ao processo histórico ocorrido no Brasil em março de 1964, a ditadura portuguesa foi igualmente iniciada a partir de um golpe de Estado comandado por setores conservadores das Forças Armadas lusitanas. Segundo Rosas (2001), aos moldes das lideranças políticas dos regimes nazi-fascistas europeus, António Oliveira Salazar foi a grande figura política representativa da ditadura em Portugal, de modo em que tal período histórico é comumente denominado de salazarismo.

Como aponta Freixo (2010), o Estado Novo já enfrentava uma série de questões de ordem econômica, política e militar, que minavam os pilares de sustentação da longa ditadura lusitana. O processo de substituição de Salazar por Marcello Caetano

em 1968 representou o início do declínio do governo ditatorial. Em relação aos aspectos de ordem econômica, em razão de uma administração ineficiente dos recursos obtidos por meio da exploração dos territórios coloniais, o Estado português passou a realizar uma gestão de suas colônias a partir da ação de empresas transnacionais, assim como passou a estar economicamente vinculado ao mercado financeiro europeu (Freixo, 2010; Secco, 2004). Ademais, naquela conjuntura o Estado Novo mobilizava parcelas significativas dos recursos financeiros estatais para enfrentar os processos revolucionários de independência e autodeterminação das colônias portuguesas localizadas no continente africano, como Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (Varela; Paço; Alcântara, 2014).

Enquadramentos do *Jornal Nacional* na cobertura jornalística das efemérides

Para efeitos de contextualização, torna-se válido pontuar para os motivos que justificam a escolha em analisar a cobertura jornalística realizada pelo *Jornal Nacional* sobre as duas efemérides. Em primeiro lugar, pontua-se como relevante a ligação histórica entre a *Rede Globo de Televisão* e o período da ditadura militar (Hartog; 1993; Cardoso de Mello e Novais, 1998; Herz, 1991). Ademais, salienta-se para a relevância, tanto simbólica quanto em termos de audiência, apresentada pelo *JN*, mesmo após mais de cinco décadas desde sua primeira edição, como o principal telejornal do *Grupo Globo de Comunicação*. Do ponto de vista da composição do *corpus* da pesquisa, foram analisados cinco itens jornalísticos exibidos pelo telejornal, quatro relacionados aos 60 anos da ruptura democrática de 1964 e apenas um item relacionado à cobertura jornalística dos 50 anos da Revolução dos Cravos. Ademais, aponta-se para a delimitação do recorte amostral: em relação aos conteúdos exibidos pelo *JN* em relação ao golpe de 1964, foram analisados os itens jornalísticos veiculados entre os dias 28 de março e 3 de abril de 2024, datas que antecedem os 60 anos da ocorrência da efeméride em um período de uma semana. Já em relação ao quinquagésimo aniversário da Revolução dos Cravos, analisou-se a edição do *Jornal Nacional* exibida no dia 25 de abril de 2024. De modo a proporcionar uma melhor visualização dos conteúdos analisados, foi elaborado quadro apresentado abaixo:

Quadro 1 – Itens jornalísticos exibidos sobre as efemérides pelo *Jornal Nacional*

Item Jornalístico	Data	Duração	Formato ⁶	Título
IJ01	01/04/2024	02'20''	Nota seca	Maioria dos ministros do STF vota pelo entendimento que a Constituição não prevê atuação das Forças Armadas como poder moderador
IJ02	02/04/2024	03'28''	Reportagem	Comissão de Anistia aprova dois pedidos de perdão a povos indígenas perseguidos pela ditadura militar
IJ03	02/04/2024	0'43''	Nota seca	Conselho reabre processo que investiga o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva
IJ04	03/04/2024	0'34''	Nota seca	Comissão reconhece Clarice Herzog, viúva de jornalista morto pela ditadura, como anistiada política
IJ05	25/04/2024	4'52''	Reportagem	50 anos da Revolução dos Cravos, derrubada de uma das ditaduras mais longas da Europa do século XX

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades da pesquisa

Em relação ao emprego das funções de enquadramento (Entman, 1993), observou-se o seguinte panorama em relação aos conteúdos veiculados pelo *Jornal Nacional* que fizeram alusão aos 60 anos do golpe de 1964: o telejornal identificou a existência de problemas, assim como realizou interpretações sobre as causas que justificaram a ocorrência dos problemas listados, na integralidade dos conteúdos analisados. A terceira função de enquadramento – a presença de julgamentos morais sobre os problemas descritos –, foi identificada na cobertura do *Jornal Nacional* em apenas um dos quatro itens analisados. Por fim, em relação à proposição das formas de tratamento para os problemas identificados, o telejornal empregou essa função de enquadramento em três dos quatro conteúdos que faziam alusão aos 60 anos do golpe de 1964. Já a partir da identificação dos tipos de enquadramento (Iyengar, 1991), observou-se que todos os conteúdos foram construídos a partir de enquadramentos episódicos, ou seja, os conteúdos elaborados foram pautados a partir de uma mera

⁶ Seguindo as definições e formatos presentes no telejornalismo, apresentou-se os conteúdos analisados não apenas a partir dos títulos das matérias, da datas de exibição e duração, mas também a partir dos formatos utilizados, como as notas, secas ou cobertas, e as reportagens. Para mais, ver: Spinelli, 2012.

apresentação/descrição de acontecimentos correlatos à ocorrência da efeméride, sem que fossem realizadas maiores contextualizações em torno do golpe de 1964.

A partir da reportagem sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos exibida pelo *Jornal Nacional*, foi possível delinear o seguinte cenário: a partir do emprego das funções de enquadramento (Entman, 1993), constatou-se que o regime político ditatorial em Portugal foi identificado como um problema a ser solucionado. Por meio dos relatos das fontes, tanto as especialistas quanto as fontes personagens, foi possível identificar diferentes interpretações causais sobre o impacto do regime salazarista sobre a sociedade portuguesa, tais como a censura à imprensa, a repressão das liberdades políticas e individuais, a perseguição política e a supressão dos direitos das mulheres. A afirmação de que o golpe de Estado foi “abraçado pelo povo” e se tornou uma “revolução”, ou ainda, as entrevistas com as fontes personagens que exaltam à Revolução dos Cravos e a sua importância na defesa da democracia e no combate ao fascismo, podem ser classificadas como julgamentos morais presentes na reportagem. E, por fim, depreende-se pela construção da matéria que a defesa e o fortalecimento dos regimes democráticos é a solução encontrada para impedir a ocorrência de regimes políticos ditatoriais. Além disso, a partir das características formais relacionadas à construção da matéria – como a quantidade de fontes apresentadas, a contextualização histórica sobre o evento, e também a duração da matéria – atesta-se que a reportagem foi construída a partir de um enquadramento temático, ou seja, a partir de um enquadramento em que a apresentação do tema em questão extrapola a mera narração/descrição.

Considerações finais

A partir da análise da cobertura jornalística realizada pelo *Jornal Nacional* sobre os 60 anos do golpe de 1964 e os 50 anos da Revolução dos Cravos, pode-se depreender algumas considerações. Em um primeiro momento, salienta-se para o fato de que a utilização da análise de enquadramento como suporte teórico-metodológico permite que sejam identificados padrões na cobertura jornalística de ambas as efemérides realizada pelo telejornal. A partir de uma análise comparativa, tendo como referencial as proposições de Entman (1993), assim como de Iyengar (1991), é possível apontar para a seguinte constatação: por mais que não tenha se isentado de realizar uma

cobertura jornalística em torno dos 60 anos do golpe de 1964, deve-se salientar para as maneiras por meio das quais essa efeméride foi representada. Nesse sentido, acredita-se que a utilização de enquadramentos episódicos na integralidade dos conteúdos analisados sobre os 60 anos do golpe de 1964, pode indicar para o fato de que a realização de uma cobertura jornalística ancorada a partir de um maior nível contextual poderia suscitar em um processo de resgate sobre a memória da própria participação do *Grupo Globo* no processo histórico que culminou no início da ditadura militar no Brasil. Tal constatação pode ser amparada pelo fato de que a empresa de comunicação não realizou nenhum posicionamento de caráter institucional, diferentemente do texto “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”, publicado em formato de editorial pelo jornal *O Globo* em meados de 2013 na esteira das “Jornadas de Junho”⁷, por meio do qual a empresa de comunicação aborda e justifica o apoio dado ao golpe de Estado que ocorreu em 1964 e aos governos militares ao longo do período ditatorial.

Nesse viés, uma comparação entre as maneiras por meio das quais o *Jornal Nacional* enquadrou sua cobertura jornalística sobre as duas efemérides aponta justamente para um cenário paradoxal: ao mesmo tempo em que apresenta o fim do regime político ditatorial em Portugal de maneira pormenorizada e contextualizada, assim como depreende que deve-se zelar pela manutenção de regimes políticos democráticos, o *Jornal Nacional* realiza uma cobertura jornalística pontual e pragmática sobre o golpe de Estado que representou o início de uma ditadura militar que governou o Brasil por mais de duas décadas, e que contou com o apoio do *Grupo Globo* desde os momentos que antecederam o golpe de 1964, e até mesmo durante os anos finais do período ditatorial.

Referências

BATESON, Gregory. **Uma teoria sobre brincadeira e fantasia**. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro Moraes (Orgs.). *Sociolinguística interacional*, 2. ed., São Paulo: Loyola, 2002.

DREIFUSS, René A. **1964 - a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁷ Dentre as diversas reivindicações proclamadas em meio a ocorrência de uma série de manifestações populares que ocorreram no Brasil em junho de 2013, posteriormente denominadas como Jornadas de Junho, o apoio do Grupo Globo ao golpe de 1964 e à ditadura militar se tornou uma das palavras de ordem dentre os manifestantes. Para detalhes, ver: Melo (2017).

ENTMANN, Robert. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREIXO, A. de. Repercussões da Revolução dos Cravos. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 247–264, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/697>. Acesso em: 06 jun. 2025.

HARTOG, Simon. **Beyond citizen Kane** (Muito além do cidadão Kane). BBC, 105 min, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0&t=1s>. Acesso em: 06 de abr. 2024.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1991.

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?** Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MELO, Demian. **Memória das Jornadas de Junho: ainda sinto o cheiro do vinagre e do gás lacrimogêneo**. *Instituto Humanitas*, 17 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/566866-memoria-das-jornadas-de-junho-ainda-sinto-o-cheiro-do-vinagre-e-do-gas-lacrimogeneo>. Acesso em: 27 de mai. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2021.

NOVAIS, Fernando A; CARDOSO, J. Manuel. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. 31 de maio de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 27 de mai. 2025.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), n. 26, p. 1-26, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/VisualizadorPdf?codigoArquivo=9602&tipoMidia=0>. Acesso em: 14 de mai. 2025.

ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo**. *Análise Social*, Lisboa, vol. 35, n. 157, História Política, p. 1031-1054, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/41011481.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar**. Projeto História, São Paulo, n. 47, pp. 365-376, ago. 2013.

SECCO, Lincoln. **Trinta Anos da Revolução dos Cravos**. Revista Adusp, São Paulo, n. 33, p. 6-12, 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2004/10/r33a01.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SPINELLI, Edna Müller. **Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet**. Revista Alterjor, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/88269/91147>. Acesso em: 30 de mai. 2025.

TUCHMAN, Gaye. ***Making News: A Study in the Construction of Reality***. New York: The Free Press, 1978.